



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

### AS CONCEPÇÕES DO PROCESSO DE TRABALHO: A PRECARIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA CATEGORIA PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Glenda Giordana da Silva de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo compreender as relações sociais existentes entre capital e trabalho diante de suas concepções no neoliberalismo. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sob influência da dialética de Marx, como resultado, uma reflexão sobre a importância da categoria profissional nas intervenções e desafios nesse processo de precarização e os desmontes sociais da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Processo de Trabalho. Precarização do Trabalho. Relações Sociais. Desafio Profissional. Serviço Social.

**Abstract:** This article aims to understand the social relations that exist between capital and labor before their conceptions in the neoliberalism. A bibliographical research was carried out under the influence of Marx's dialectic, a result, a reflection was made about the importance of the professional category in the interventions and challenges in this process of precariousness and the social dismantling of the working class.

**Keywords:** Work Process. Precarization of Work. Social relationships. Professional Challenge. Social service.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, particularmente a partir da década de 1970, o mundo passou a presenciar uma crise no sistema de produção, chamada de “crise estrutural do capital”, em que fomentou transformações sócio-históricas e afetou a forma de controle do trabalho e seus reordenamentos. Depois seguiu um modelo de desenvolvimento, que se intensificou nos anos 1990 com a política neoliberal e a abertura econômica, acarretando mudanças no processo produtivo, na gestão e organização do trabalho, bem como, no espaço. Outrossim, com a queda da taxa de lucro do capital, nos países centrais, houve baixo crescimento da produção e da produtividade. Portanto, o capitalismo diante de suas crises cíclicas tende a se reestruturar construindo novas formas de trabalho, tanto na produção quanto na reprodução social.

Para tanto, com intuito de superar essa crise cíclica, o sistema capitalista buscou restabelecer o padrão de acumulação, assumindo um modelo de produção flexível com

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: oliveiraggso@gmail.com.

características que se adequaram perfeitamente à nova ordem internacional, ao promover alterações importantes na organização dos trabalhadores assalariados.

Essas mudanças no modelo de organização da produção atingiram a classe de forma negativa ao trazer como consequência o processo de aglutinação das expressões da questão social, sobretudo, nas formas de exploração da força de trabalho, trazendo a intensificação do trabalho, aliada à extensão da jornada, o que contribui para elevar o risco do trabalhador desenvolver doenças ocupacionais relacionadas.

Em decorrência dessas transformações, surgem novas formas de gestão da força de trabalho, em que imperam espaços precários de relações trabalhistas, como a inserção de técnicas flexíveis de produção, entre elas, a cooptação de trabalhadores, da qual faz parte o ideário de participação no processo produtivo dentro da ordem, envolvendo os próprios trabalhadores na fiscalização entre si, em que estabelecem objetivos e metas prefixadas.

Neste contexto as empresas começaram a introduzir algumas técnicas japonesas de produção como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) e os Programas de Qualidade Total, tratando este como um dos princípios mais usados deste processo. Além disso, o incentivo à participação dos empregados, gerando o compromisso com os resultados dos serviços e, nessa perspectiva, o aperfeiçoamento contínuo com ênfase ao uso de novas tecnologias, transferência de responsabilidades, e um sistema ágil de comunicação para obter resultados com maior rapidez.

Essas inovações tecnológicas e organizacionais vislumbravam a eficiência das empresas como um fator fundamental para aumentar a competitividade. Essa lógica do sistema de produção vem convertendo a concorrência e busca da produtividade num processo que gera uma massa de excluídos.

A atual conjuntura é permeada por um quadro em que se aumentam as formas de exploração da força de trabalho. Então se cria o trabalhador “polivalente”, capaz de operar com máquinas e executar diversas atividades ao mesmo tempo, trazendo como consequência dessas polivalência, uma massa de trabalhadores sem qualificação. É exatamente esta nova necessidade do processo da acumulação do capital, que um dos principais determinantes para o surgimento desses dois grupos é o dos empregados estáveis e os trabalhadores excluídos do grande capital. E, numa relação analisada por Behring (2000), trata-se dos trabalhadores centrais e os subcontratados – tendo como consequência a precarização do trabalho e as relações sociais entre a classe trabalhadora.

A reestruturação produtiva trouxe como consequências a flexibilização de direitos trabalhistas e a precarização do trabalho, da qual intensificam e aumentam as jornadas de trabalho, o desemprego estrutural e a crise de representação sindical, assim como a

dinâmica de contratação de atividades terceirizadas. Como bem esclarece Antunes (1995) ao falar sobre a desproletarização do trabalho com uma subproletarização, ou seja, qualificando os trabalhadores centrais paralelamente a desespecialização do subproletariado moderno.

Portanto, essas mudanças repercutem decisivamente na forma de organização dos trabalhadores e nas exigências de um novo modelo de qualificação dos mesmos. A precarização das relações de trabalho limita o Assistente Social quanto a sua postura ético-político e autonomia profissional, cerceando continuamente o fazer profissional de novos desafios. Nessa perspectiva, as transformações que ocorreram e ocorrem no mundo do trabalho e na vida dos trabalhadores, rebatem no fazer técnico operativo do Serviço Social. A bem da verdade, também reverbera na fragmentação social em virtude do crescimento desordenado do desemprego em massa.

## **2 AS CONCEPÇÕES DO PROCESSO DE TRABALHO**

Ao tratar da categoria trabalho é remoto ressaltar Karl Marx na sua obra “O Capital”, pois ele engendra a análise estrutural dessa categoria dentro da sociedade capitalista e todo o processo de trabalho articulado pela burguesia industrial. No que tange as concepções de trabalho na visão de alguns estudiosos sobre influência de Marx, numa perspectiva que evidencia uma profunda mutação na natureza e a relação entre o proletariado e outras classes sociais. No entanto, Marx (1989) afirma que o próprio trabalho é inerente a força de trabalho, independe da época que é vivida, pois o processo se encontra na essência da relação homem e natureza e os elementos que compõe o processo de trabalho<sup>2</sup>.

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana do trabalho e além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. (MARX, 1989, p. 204).

Como aprofunda Lessa (2007) ao desencadear as diversas formas de categoria trabalho e suas concepções, como a relação de trabalho e trabalho abstrato, ao sistematizar o intercâmbio orgânico em valor de produto excedente; trabalho manual e

---

<sup>2</sup> Elementos esses que constrói o processo de trabalho são: “1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”. (MARX, 1989, p. 202).

trabalho intelectual, que eram categorias interligadas dentro do processo ontológico ao fomentar suas relações no âmbito de subsistência, mas decorrente ao capitalismo concorrencial na era do neoliberalismo faz com que essas categorias sejam opostas uma das outras.

Essas concepções são relativas ao que Lessa (2007) vai chamar de “trabalhador coletivo”, voltado à produtividade quando o processo de trabalho é concluído operacionalmente até chegar à produção de valor, e assim, ampliar a categoria do trabalhador e trabalho produtivo, pois eles geram a mais valia como também o histórico do modo de produção capitalista e a reprodução do capital que vão ajudar estender o trabalho coletivo. Da mesma forma que se estreita, porque esse tipo de trabalho deixou de ser reproduzido em geral, para produzir mais valia e enaltecer o capital.

Desse modo, a concepção de trabalho na visão de Lessa é tida apenas para o trabalhador que valoriza e produz o capital, o proletariado, pois ele relaciona a produtividade em si, escoada desde o primeiro momento da extração do objeto de trabalho, a matéria prima, depois manipula, se organiza em horários e quantidades desse objeto usando instrumentos de trabalho, até obter o produto final, pronto para circular no mercado. Entretanto, não que os demais profissionais, como o trabalho intelectual, não seja um trabalho produtivo, pois serve a lógica do capital na sua autovalorização.

Contrapondo a essa concepção, Antunes (1995) analisa o mundo do trabalho a partir da desproletarização do sistema fabril e de mudanças que desencadeiam transformações na classe trabalhadora. Assim, o processo de trabalho se desenvolve de modo contraditório, ao reduzir o operariado industrial e fabril e aumentar o trabalho preconizado nos setores de serviços, na qual o resultado direto dessas transformações vem ocorrendo nas sociedades capitalistas como uma expansão desordenada do desemprego estrutural.

Isso também mostra ao longo capitalismo contemporâneo, essas necessidades de transformar o modo de produção por operações mais flexíveis, no que tange no padrão anterior fordista, e, por isso que, o avanço da mundialização do capital pelo ajuste neoliberal prevê essa metamorfose também no mundo do trabalho. Segundo a análise de Behring (2000) a revolução tecnológica na produção desqualifica a força de trabalho de operários das fábricas. Uns não conseguem se manter na relação de trabalho e outros são submetidos a setores secundários sem direitos trabalhistas e assegurados.

Assim, fragmentar a classe trabalhadora daqueles que estão adequados nesse novo sistema extremamente qualificado, que se caracteriza pela sua adaptação e flexibilidade ao modo de produção (ao analisar o trabalhador intelectual, que nesse caso, também servirá para engrandecer o capital), ademais, dos trabalhadores não qualificados

que serão caracterizados de profissionais temporários à mercê da exploração do capital, que segundo Harvey (1993), *apud* Behring (2000, p. 110) são os subcontratados.

### 3 A PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO

A precarização do trabalho é consequência do novo modelo de produção toyotista, pois ele se baseia em tecnologias de capital que reduz a mão-de-obra no espaço fabril e amplia um sistema de microeletrônica capaz de ser manipulado em qualquer lugar, e por pessoas altamente qualificadas para isso, exigindo apropriação do conhecimento da área. Isso era uma realidade distante para os trabalhadores que só viviam para o seu trabalho como fonte de sobrevivência e sustento familiar.

O que acontece nesse cenário de mudança detém que o capital devasta milhares de trabalhadores sem qualificação, resultando no desemprego em massa e estrutural, assim como no enfraquecimento sindical, fragmentação da classe trabalhadora, em que não se lutam mais pelo bem coletivo, e sim por seus interesses individuais – isso que surte o efeito da onda neoliberal, por minimizar a atuação do Estado e, assim, retirar os gastos sociais em prol da população.

Nesse contexto, se precariza a força de trabalho e o meio que são produzidos. Com isso, torna-se cada vez mais difícil a construção de uma consciência de classe e a resistência à reestruturação produtiva, pois está sendo reajustada pelo neoliberalismo, no que implica no corte de gastos sociais; desconstruindo a identidade do indivíduo; tornando isso, segundo Behring (2000), desagregador à solidariedade, e regressivo, pois essa parcela da população ficará à deriva da própria sorte.

A relação entre a reestruturação produtiva, a reprodução da pobreza e a cidadania, chamando a atenção para a dificuldade de articulação dos sujeitos políticos em função, também, da fratura de identidades promovida pela condição de precariedade. Já que a reestruturação produtiva, como sabemos, vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos sociais [...]. (Telles, 1994, *apud* Behring, 2000, p. 111).

De acordo com Antunes (1995) esse modelo japonês evidencia uma “processualidade contraditória e multiforme”, pois ao mesmo tempo em que o capital avança a força de trabalho esse molde capitalista, gerando um processo de intelectualidade, também mostra o outro lado da situação muito mais fragilizado com esse novo padrão produtivo, de forma radical e desqualificado – precarizando o trabalho e o

ambiente instalado, fazendo dessa mão-de-obra “ultrapassada” submergir a uma classe subproletariada, intensificada nas empresas privadas ou terceirizada, como um trabalho informal, temporário e contratado. Nessa lógica, o capitalismo fragmenta e consegue uma classe heterogênea, pronta para ser o capital.

Embora, haja paralelamente um novo perfil do mundo do trabalho sob a mundialização do capital, não se pode deixar coagir e resistir ao sistema, enfrentando novos desafios para o trabalho assalariado organizado, que em contrapartida surge essa resistência; e não permitir que a fragmentação de classe, em que os principais aspectos sociais são o desenvolvimento de uma subproletarização e o desemprego estrutural possam a dominar o processo de trabalho e esvair os direitos civis e sociais da população, sobretudo, os subalternos.

Por conseguinte, na mundialização do capital, ocorre o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados, em particularidade de redução e mudança da classe operária tradicional, assim o crescimento dos assalariados nos serviços e na proliferação do trabalho precário ou dos subproletariado, vão se instaurando como um elemento contraditório, segundo Antunes (1995), do desenvolvimento capitalista, visto que, ora dão capacitação para absorver esse novo sistema, ora desqualificam o homem em relação a sua força de trabalho, sem nenhuma política pública eficiente para adequar esse trabalhador, tendo como consequência o crescimento do desemprego, com o interesse de criar um novo patamar de exclusão social nos principais países capitalistas.

#### **4 OS REFLEXOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PARA A PROFISSÃO**

Os reflexos da precarização do trabalho são destinados a toda classe trabalhadora, incluindo o(a) Assistente Social, que se depara com novos desafios ao enfrentamento da crise e de toda transformação societária advindo da superação da crise de acumulação que o próprio capital proporciona. Diante dessa situação a profissão de Serviço Social busca formas de “sobreviver” a essas mudanças sem que afete tanto seus ideários, conjuntura, identidade, entre outros requisitos que permanece no desenvolvimento da profissão.

Mota (1997) designa dois planos de afetam diretamente a profissão, são eles: afeta a atuação profissional, quando se altera o mercado de trabalho, devido às novas demandas e conjuntos de fatores que se aglomeram na expressão da questão social; e

com o surgimento dessa nova demanda, há a necessidade de aprimoramento qualificado de teoria, técnica, operativa e ética da profissão, como forma de resposta às questões postas diante da sociedade. E, esperando essa nova logística, é importante encarar os novos desafios com praticidade e um olhar crítico da situação, sobretudo, porque afeta diretamente a classe trabalhadora.

Os desafios os quais a profissão deve se situar, estão relacionados à identificação das “necessidades reais”, segundo Mota (1997), em decorrência do processo de reestruturação produtiva e as mediações postas para o Serviço Social, pois atinge o processo de trabalho e a reprodução social. Com isso o capitalista detém do controle da força de trabalho. Dentre os desafios que o Serviço Social está inserido, pode destacar a relação da mudança no mundo do trabalho; um rearranjo das atividades ocupacionais do profissional, em função das mudanças da divisão social e técnica do trabalho; e as novas demandas de produção e reprodução social da força de trabalho (MOTA, 1997, p. 51/52).

Contudo, acredita-se num desafio profissional ao identificar as necessidades às exigências de refuncionalização, pois em um momento de crise e alto poderio tecnológico, é capaz de pensar numa reestruturação produtiva e reorganização do mercado, que resulta na consequência das transformações do trabalho na esfera da produção, circulação, sócio-político e institucional. Nesse sentido, as relações de Estado, Sociedade e Mercado, são direcionadas por medidas de ajuste neoliberal e protagonismo econômico, que conseqüentemente a isso, a precarização da força de trabalho traz reflexo no âmbito das políticas sociais e sobre meios de produção, tendo a ação do Estado reduzida e livre negociação da mão-de-obra em relação aos contratos de trabalho.

O objetivo é formar uma determinada cultura do trabalho que, incorporando as necessidades do processo de acumulação, apresente-se como alternativa ao enfrentamento da crise econômica e social. Essa cultura difunde o conservadorismo das saídas possíveis e do sacrifício de todos, estimulando a 'indiferenciação' de projetos políticos com o modo privilegiado de administração da desigualdade social. (MOTA, 1997, p. 59).

O Serviço Social nesse processo de reprodução das relações sociais capitalistas se encontra como mediador das relações contraditórias entre o Estado, as Instituições (mercado) e Movimentos Sociais, visto que o(a) Assistente Social nesse processo trabalha tanto no sentido da manutenção do sistema, quanto na busca de estratégias contrárias à lógica de acumulação em detrimento dos direitos das classes menos favorecidas da sociedade. O profissional de Serviço Social inserido no mercado também faz parte do processo capital/trabalho e, concomitantemente luta teórica e ideologicamente pelos direitos da classe trabalhadora, gerando assim, a correlação da profissão ao processo contraditório do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, Serra (2001) ao tratar do tema reestruturação do capital sinaliza que este se apresenta como bases objetivas da precarização do trabalho, a intensificação da exploração e da força de trabalho, assim como, a resistência sindical. E, também reverbera na fragmentação social em virtude do crescimento desordenado do desemprego em massa. Todos esses fenômenos repercutiram no mundo do trabalho com aumento do desemprego, pois, a lógica do sistema de produção vem convertendo a concorrência e busca da produtividade num processo que gera uma massa de excluídos, como visto em Serra (2001):

As profundas transformações sócio-históricas, num cenário de transformações nas relações entre o Estado e sociedade civil, submetidas à ordem do grande capital. repercutem na reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais, "impondo novas competências aos profissionais, já que as transformações societárias de toda ordem: econômica, política, social e cultural estão alterando e/ou produzindo novas necessidades sociais. (SERRA, 2001, p. 160).

As transformações societárias polarizam a profissão de Serviço Social entre os interesses de segmentos divergentes, onde de um lado está o Estado representando a classe dominante e do outro a classe trabalhadora, responsável pela reprodução da sociedade. E que, no modo de produção capitalista, o valor de uso dos meios é reduzido ao seu valor de troca e subordinado inconscientemente à sua dimensão abstrata, enquanto dispêndio de força humana produtiva, física e intelectual, socialmente determinada e voltada à produção de trabalho excedente ou mais valia apropriado pelo capitalista.

Nesse sentido, afirma Serra (2001):

[...] sob essa ótica de transformação da forma e não da estrutura e modo capitalistas, deve-se identificar tais mudanças para que possamos adquirir e acessar as ferramentas necessárias para seu enfrentamento, pois o que se apregoa nesse novo padrão é a flexibilização dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, as respostas imediatas e diretas as demandas por segmentos do mercado. (SERRA, 2001, p.153 e 154).

As transformações societárias contemporâneas impõem restrições à profissão de Serviço Social, onde o profissional deve se pensar inserido em meio a conjuntos. A mundialização do capital trouxe uma nova configuração do capitalismo e de seus mecanismos.

Diante desse panorama societário, Serra (2001), aborda a total satisfação dos clientes e usuários tratando este como um dos princípios mais usados deste processo, o incentivo à participação dos empregados, gerando o compromisso com os resultados dos serviços e, nessa perspectiva, o aperfeiçoamento contínuo com ênfase ao uso de novas tecnologias, a transferência de responsabilidades, e um sistema ágil de comunicação para obter resultados com maior rapidez. Para se alcançar a missão de garantir a qualidade dos

produtos ou serviços não há aceitação de erros, objetivando um padrão de desempenho que deve ser o de “zero erros e zero reclamações”<sup>3</sup>.

O Controle de Qualidade ganhou grande visibilidade no Brasil como uma das técnicas típicas da reestruturação produtiva, a partir do Governo Collor, na década de 1990, quando se observou a Reforma do aparelho do Estado e o aperfeiçoamento da administração burocrática e incorporação do modelo da administração pública gerencial com o Plano Diretor.

Percebe-se, então, que são determinadas cada vez mais exigências produtivas ao Serviço Social e o desempenho profissional passa a ser medido e tem como significado social do trabalho profissional responder às requisições institucionais que induzem os profissionais a tratar da Questão Social apenas com critérios quantitativos, e ao mesmo tempo buscar consolidar os direitos sociais de seus trabalhadores, a partir dos referenciais teórico-metodológico e ético-político da profissão. E, diante dessas questões, é importante analisar o trabalho profissional do(da) Assistente Social na trama das relações capitalistas não apenas como uma atividade, mas sim, buscando as particularidades de sua intervenção.

O Serviço Social quanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, está sujeito às alterações do mercado o que reflete de imediato nas condições de trabalho desse profissional. O capitalismo diante de suas crises cíclicas tende a reestruturar-se construindo novas formas de trabalho, tanto na produção quanto da reprodução social. Por conseguinte, o Assistente Social sofre os impactos objetivos do neoliberalismo como desemprego, precarização do trabalho e dos salários. Um exemplo claro que implica na profissão é a regulação de mercado. Quando o mercado redefine suas modalidades de enfrentamento das expressões da questão social, o campo de atuação do Serviço Social, que pontualmente tem seu fazer profissional condicionado a restrições de recursos, a seletividades de programas, terceirização dos serviços, descaracterizando a universalidade de acesso a políticas públicas por todos os cidadãos.

Os desafios que se dá para o profissional de Serviço Social, considerando as particularidades do seu trabalho, da qual reforçam essas novas condições, que Mota (1997) afirma:

[...] o primeiro desafio posto para o Serviço Social diz respeito a identificação das necessidades subjacentes às exigências de funcionalização. Neste caso é preciso fazer – teórica e mitologicamente - o caminho entre a demanda e suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade. (MOTA, 1997).

---

<sup>3</sup> Termo utilizado por MAXIMIANO, em sua obra “Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada” no ano 2000.

Portanto, os impactos que incidiram na profissão, advindos das transformações no mundo do trabalho, pode-se inferir a importância de se buscar estratégias de enfrentamento das várias expressões que as desigualdades sociais assumem corroborando com a compreensão das condições objetivas das relações sobre a profissão, em que a singularidade dos vários aspectos da realidade se faz presente. O profissional da categoria exerce suas atribuições, submetido a contratos, de modo que sua estratégia profissional passa a ser comprometida, havendo uma precarização nas relações de trabalho.

Com isso, ressalta Iamamoto (2000), das quais as alterações que incidem no mundo do trabalho, um marco das relações entre o Estado e a Sociedade, com a finalidade de buscar dentro dos desafios do Serviço Social combater a radicalização da questão social, que atingem diretamente a atuação do Assistente Social, visto que este fazer profissional é a especialização do trabalho na sociedade presente dentro da divisão social e técnica do trabalho social, como seu processo de trabalho e está inserido nessa precarização como categoria profissional interventiva na sociedade capitalista.

## **5 CONCLUSÃO**

Diante da realidade estabelecida neste artigo, voltada à superação da crise de acumulação e o processo de mundialização do capital aos ajustes neoliberal, em que o processo de trabalho conhecido desde a teoria marxiana se desencadeou para entendimento de um novo modelo de produção, ou seja, o processo da invasão tecnológica do trabalho, em que foi abordado por Antunes (1995) como “processualidade contraditória” que o próprio sistema capitalista desenvolve.

A bem da verdade, estimulando o trabalhador intelectual para centralizar sua força de trabalho nas necessidades do capital, por isso a qualificação de uma nova mão-de-obra operacional ao surgimento da microeletrônica. O que contraria Lessa (2007), ao afirmar que o esse trabalhador não faz parte do processo de produtividade do capital.

O processo de trabalho incorpora a importância da força de trabalho como mercadoria que só pode ser consumida quando adicionado os meios de produção – essa é a regra estabelecida por Marx (1989, p.210). Entretanto, quando se altera a benevolência dessas condições de processo e exclui a mão-de-obra “passada” desse processo, porque novos padrões se incorporam no sistema (re)produtivo, ocorre uma desqualificação em

massa e conseqüentemente a isso, surge o desemprego em massa, caracterizado de desemprego estrutural, porque o sistema não absorve mais a força de trabalho fabril.

Diante dessa situação de transformação societária dentro do contexto econômico no mundo, e mais tarde refletido no Brasil, há a necessidade da intervenção do(da) Assistente Social, como agente social que tenta responder às questões que são postas, sendo um dos desafios que o profissional terá que enfrentar. Portanto, a realidade desta classe é trabalhar com as mais diferentes expressões da questão social para suprir as necessidades da população, e para isso tem de lidar com as manobras públicas e privadas que os cercam, a exemplo dos desmontes das políticas sociais ocorrentes na atual conjuntura no Governo Bolsonaro, e que por vezes os impede de atuar da melhor forma possível, ainda que uma das suas maiores habilidades esteja exatamente atrelada ao movimento de resistência às opressões e omissões do sistema capitalista, o que faz da atuação ética profissional o seu maior desafio.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez: 1995. p. 39-55.

BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil e a mundialização do capital: privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho e reprodução**. In Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens. São Paulo, Cortez: 2000. p. 107-132.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Transformações societárias, alterações no mundo trabalho e Serviço Social**. In: Ser Social 6: Questão Social e Serviço Social. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, 2000. p. 45-76.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 147 - 200.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 01. Cap. V. p. 201-223.

MOTA, Ana Elizabeth. **As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o Serviço Social**. In: O Serviço Social em Questão. Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Serviço Social, 1997. p. 51-61.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. Ed. 2ª. Ed. Atlas Acabamento: Brochura Número de Páginas: 530.

SERRA, Rose. **Trabalho e Reprodução: Enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES-FSS/UERJ, 2001.

